



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local
27/03/2019	16:01	17:01	Sala de Reunião da Presidência

2. Participantes

Nome	Cargo	E-mail
Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva	Desembargador	luiz.tadeu@tjms.jus.br
Dr. Alexandre Branco Pucci	Juiz Auxiliar da Presidência	alexandre.pucci@tjms.jus.br
Dr. Renato Antônio de Liberali	Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça	renato.liberali@tjms.jus.br
Larissa de Almeida Fagundes	Diretor-Geral em substituição	larissa.almeida@tjms.jus.br
Newton Cesco Junior	Diretor de Planejamento	newton.cesco@tjms.jus.br
Altair Junior Ancelmo Soares	Diretor da Secretaria de TI	altair.soares@tjms.jus.br
Larissa Oliveira Ostrowsky Ovando	Assessora de Governança de TI	larissa.oliveira@tjms.jus.br

3. Pauta

Item	Descrição
1	Aprovação de relatórios de desempenho de TI referente a 2018
2	Deliberação e aprovação do Plano de Contratações 2019 – STI
3	Questões orçamentárias 2019
4	Projeto eproc



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

4. Relato da Reunião

Reunião iniciada às 16:01, com a apresentação pela Sra. Larissa (Assessoria de Governança de TI) dos relatórios de desempenho da STI referentes ao ano de 2018. O primeiro relatório foi relativo à proposta orçamentária onde o orçamento anual previsto era de R\$ 30.000.000,00 e foi executado R\$ 26.568.809,79, observando que foram considerados também os valores inscritos em restos a pagar do mês de janeiro excluindo-se os valores correspondentes à investimentos. O segundo relatório foi da execução do Plano de Contratações, onde foi atingida a meta de 88% sendo que 58% das contratações foram realizadas no prazo. O terceiro relatório foi do resultado do PDTIC 2017-2018 que atingiu o percentual de 45% das ações planejadas. O Sr. Altair observou que para o próximo PDTIC 2019-2020, o mesmo está sendo remodelado de maneira a dar uma nova tratativa para as necessidades identificadas bem como para as ações envolvidas, onde em um primeiro momento serão aplicados critérios que busquem permitir uma priorização, e uma vez aplicado, resultará em um score e será apresentado para que o Comitê tenha melhores condições de validar e aprovar, retirando um pouco a subjetividade da análise. Continuando, o quarto relatório apresentado foi dos indicadores do PETIC vigente (2016-2020), cujos resultados serão publicados no portal do TJMS. Ressaltamos que o índice de satisfação dos usuários não foi coletado pois está sendo reavaliada uma maneira mais adequada para representá-lo. Após a exposição dos relatórios, foi apresentado o Plano de Contratações 2019 para aprovação pelo Comitê, conforme exigência da Resolução CNJ 182/2013. Foi ressaltado que está aprovado para 2019 um orçamento de R\$ 30.000.000,00 para a STI, apesar de uma estimativa mais realista é que seriam necessários ao menos R\$ 40.909.178,14 para atendimento das necessidades levantadas, havendo, portanto, um déficit de R\$10.909.178,14. Caso esse valor seja suplementado, poderá ser investido em aquisições e inovações. Dando continuidade, o Sr. Altair ponderou que nas próximas reuniões deste Comitê, precisarão ser tratadas questões relevantes que envolvem aspectos da segurança da informação, considerando que atualmente o PJMS é totalmente digital e necessitamos definir uma estratégia para salvaguardar o nosso bem mais precioso, a informação. Há uns 5 anos atrás foi feito um alto investimento no datacenter (Sala Segura), mas este atualmente está necessitando de expansão e renovação de equipamentos. Esta despesa não está prevista no orçamento, mas é algo que impacta



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Secretaria de Tecnologia da Informação

grandemente a instituição. Para tratar a redundância deste ambiente, atualmente existem várias alternativas, seja em nuvem ou seja uma solução híbrida. Após, o Sr. Altair enfatizou que existem outras demandas que precisam de um direcionamento do Comitê, relativas à novas aquisições e também para definição do que é prioritário do ponto de vista da nova administração. Os membros do comitê entenderam a relevância da questão e aguardarão uma próxima reunião para tratar estes assuntos. A Sra. Larissa apresentou que existem algumas demandas que precisam ser atendidas e que não estavam inicialmente contempladas no Plano de Contratações: suprimento de fundos - R\$10.000; Licenças Web Gateway – R\$ 100.000; Suporte Premier Microsoft – R\$ 80.000; contratação de linha de telefonia móvel da VIVO para atender a carreta – R\$ 2.700. Os valores para atendimento dessas despesas serão remanejados da contratação do suporte para o Firewall Palo Alto (previsão de R\$ 300.00,00), que não será mais realizado neste ano. Em seguida, foi apresentado pelo Dr. Renato, problema relativo ao licenciamento de alguns softwares, ocorrido no final do ano passado, onde precisou ser negociado e realizada uma contratação para resolver o problema identificado. Ainda, mencionou que na época foi relatado que existem outras pendências que precisam ser analisadas. O Sr. Altair reforçou que estão sendo realizados levantamentos nesse sentido. Por fim, o Plano de Contratações foi aprovado na sua totalidade juntamente com as demais demandas apresentadas. Como último assunto da pauta, foi debatido o andamento das ações para o estudo da utilização do sistema eproc. O Sr. Altair apresentou a necessidade de um direcionamento da nova administração para dar continuidade às novas ações. Ponderou que o CNJ adota a solução PJE e o TJMS ainda não realizou estudo semelhante ao que vem tentando fazer em relação ao eproc. O Dr. Renato comentou a estratégia utilizada pelo TJRJ, em que avaliaram as diversas alternativas de soluções de sistemas jurisdicionais, dos estudos realizados descartaram aqueles que envolviam soluções pagas, e concluíram pela adoção do PJE ou eproc, mesmo cientes de eventuais necessidades de adaptações para o uso das duas soluções. Foi ponderado pelo Comitê ser uma boa prática avaliar o PJE considerando que o patrocinador do mesmo é o CNJ e alguns benefícios também podem advir da adoção da solução. Esta avaliação também serviria para futuramente embasar a escolha de uma nova solução. O Sr. Altair sugeriu que o TJMG fosse visitado pois pela proximidade técnica, facilitaria os trabalhos. Foi também colocado que a Softplan está se mobilizando em apresentar novas funcionalidades e melhorias no SAJ. Além disso, foi reforçada a



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Secretaria de Tecnologia da Informação

necessidade da realização dos estudos técnicos conforme exigência da Res.182 do CNJ, seja para prorrogação da contratação da solução atual, seja para a escolha de uma nova solução. Por fim, o comitê deliberou que primeiramente será levado ao conhecimento do Presidente que determinará qual rumo deverá ser dado à continuidade ou não dos estudos do sistema eproc, bem como iniciativa para conhecer a solução PJE. O Dr. Pucci encaminhará o pedido ao presidente e em nova reunião será dado uma nova posição. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17:01.

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Dr. Alexandre Branco Pucci

Dr. Renato Antônio de Liberali

Larissa de Almeida Fagundes

Altair Junior Ancelmo Soares

Newton Cesco Junior

Larissa Oliveira Ostrowsky Ovando

Registro da ata: Elida Ota Ortega Asato (Assessoria de Governança de TI)